

# INFORMATIVO DE GREVE

ASSEFEI-SINDICATO

22 de agosto de 2011

## Editorial – A importância da unidade, mobilização e negociação

A greve da FASUBRA, já conta 77 dias. Na Unifei nós decidimos por cumprir um rito para a deflagração do movimento paredista e saímos em greve no dia 21 de junho, mantendo a paralisação por pouco mais de 20 dias, quando, por decisão da assembléia geral de base em acatar a deliberação do Comando Nacional de Greve, a greve foi suspensa com a intenção de retomar para a mesa de negociação. Infelizmente a maioria das assembléias de base da categoria não pensou como nós e decidiu por manter a greve, embora com uma diferença muito pequena, assim como na deflagração, a greve foi mantida e as universidades que haviam suspenso aos poucos foram voltando, contudo o movimento ficou, visivelmente fragilizado pela divisão interna de opiniões, pois praticamente a metade dos sindicatos tinha suspenso a greve e debatiam a volta, mas já não se tinha a mesma força e convicção de que a greve era o melhor caminho.

Nesse meio tempo, a AGU (Advocacia Geral da União) entrou com uma petição do STJ pedindo a declaração da greve como abusiva e também a aplicação de multas altíssimas para a fasubra e para vários sindicatos de base, inclusive sindicatos que estavam com a greve suspensa. Essa ação, por si só, reacendeu os ânimos dos servidores, como se jogassem álcool numa fogueira que estava por se apagar. À indignação dos TAE pelo ataque sorrateiro a um direito constitucional somou-se a surpresa e também em alguns casos, indignação de reitores, que manifestaram que não haviam autorizado a AGU fazer o que fez, movimento esse que culminou num manifesto recente da Andifes (Associação dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino) em defesa da autonomia universitária, que assim como o direito de greve está previsto e garantido na carta magna, a constituição da república. Foi então que se viabilizou, de forma efetiva, a caravana –acampamento em Brasília, um ato de massas, com três dias de passeata, vigília e muito barulho pra mostrar para todos a capacidade de mobilização de uma federação histórica que fora atacada no seu direito e prerrogativa de se mobilizar. Mesmo com várias divergências internas a Federação estava unida para

se defender e também para pressionar o governo à negociar.

Ao mesmo tempo que os atos davam visibilidade e agitavam a categoria em prol da nossa pauta, havia também um grande esforço em se articular com parlamentares e o MEC uma pressão para o Ministério do Planejamento voltar a negociar. Essa articulação garantiu que em um mesmo dia o Ministro Fernando Haddad recebesse pela segunda vez o comando nacional de greve da Fasubra e a nossa greve fosse pauta de reunião da CUT com a Ministra Miriam Belchior, do Planejamento. Como resultado dessa articulação foi acordado que o Secretário de RH do MPOG receberia as Centrais Sindicais que atuam no movimento sindical dos TAEs (CUT, CTB, CSP/Conlutas e Intersindical) para uma audiência com o fim de senão resolver, iniciar a resolução do impasse entre governo e fasubra.

A greve é um movimento dinâmico e complexo, sua condução está sempre subordinada à análises de conjuntura, de quadros de oportunidade e ameaças, de leituras sobre a correlação de forças, que consideram vários fatores internos e externos, porém todos sabemos, e essa greve mostra isso com muita clareza, que somente quando há unidade na luta através do binômio mobilização e negociação é que se pode avançar. De nada adiantaria amplas e massivas caravanas se não houver a possibilidade de negociar, assim como uma negociação sem respaldo da base é enfraquecida e terá dificuldades de atingir os objetivos da coletividade.

É certo que a situação da nossa greve mostra que precisamos nos aprimorar em todos os campos, atualmente não temos unidade o suficiente e por consequência não temos também capacidade de mobilizar o suficiente para garantir as negociações e seus resultados satisfatoriamente. É como uma pirâmide em que a base é a unidade, a mobilização e a negociação as laterais que devem convergir para um ponto comum.

Na luta pela pauta interna precisamos olhar por essa mesma lógica, mas para que as coisas se concretizem é preciso que os servidores se conscientizem de suas responsabilidades individuais com o movimento, aderindo à greve e participando das assembléias e atos que podem vir a serem convocados.

**ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA  
TERÇA-FEIRA – 22/08/2011 – AUDITÓRIO DO IRN**

## Informe Nacional

O momento que o conjunto dos servidores públicos federais vivem hoje é o de estarem recebendo as minutas de proposta para avaliação das bases, pelo menos aqueles que pertencem às carreiras consideradas prioritárias pelo governo federal. Em geral o governo apresentou propostas que geram ganhos para a Confederação dos Servidores Federais, a Condsef, especificamente as carreiras do PGPE (plano geral de cargos do executivo) e PST (previdência, saúde e trabalho) e também para os professores do magistério superior e da educação federal básica, técnica e tecnológica. Para nós, técnico-administrativos em educação pertencentes ao PCCTAE, nada foi apresentado ainda. Apenas há uma expectativa que o governo apresente algo na audiência entre MPOG e Centrais que está marcada para hoje, 22/08/2011, às 20h00. Tão logo a proposta chegue, ela será avaliada pelas AGs de base que expressarão sua opinião no CNG através de seus delegados.

### **Informe Local: Negociações internas não tem espaço na agenda da reitoria!**

É do conhecimento de todos os servidores que no início do movimento paredista foi aprovado uma pauta interna e que o movimento grevista na unifei tinha dois focos, o nacional e o local. Sendo assim o comando local de greve vem dando encaminhamento às questões ligadas à pauta interna. Inclusive reuniu-se algumas vezes com comissão formada pela administração universitária para tratar dessas questões e questões da greve. No início ficou decidido, por sugestão da bancada da reitoria, que as reuniões seriam semanais, sempre às segundas-feiras, às 8h00. Infelizmente a comissão desmarcou duas reuniões por motivos de força maior para a reitoria.

Após o feriado, quando já fazia 3 semanas que não havia reuniões o comando local de greve enviou ofício à reitoria solicitando reunião tão logo fosse possível, inclusive considerando inclusão de novos pontos na pauta interna e a urgência que consideramos ter os pontos por nós levantados. O ofício foi protocolado no gabinete do Reitor no dia 15/08 pela manhã e sugeria que reunião fosse realizada no dia 16 no período da tarde. Porém, o comando local de greve não havia recebido resposta oficial até o dia 18 no início da assembléia geral, às 14h00, apenas um telefonema no dia anterior avisando que não haveria reunião por motivo de viagem de membros da comissão. Diante disso, o comando local protocolou outro ofício, solicitando que fosse realizada reunião impreterivelmente no prazo marcado pela própria reitoria, ou seja, na próxima segunda-feira, dia 22/08

pela manhã. Após a assembléia do dia 18, quando o CLG se reunia recebemos cópia de e-mail da Reitoria, enviado no dia 18/08, após às 14h00, quando a categoria e o CLG estavam reunidos. Qual foi a nossa surpresa? Além da demora em se responder, o Reitor ainda expressa opinião de que os demais pontos da pauta não tinham relação com a paralisação em curso.

Essa sucessão de fatos, somada à recorrente explicação da reitoria de agenda cheia, para justificar os sucessivos adiamentos e a não efetividade do processo negocial da pauta interna, ensina ao movimento dos técnicos duas lições: A primeira delas é que está na hora de sermos mais incisivos em nossa atuação e não deixar dúvidas sobre a pauta interna ter relação com a paralisação e com a greve inclusive deixando claro que, se for da vontade da maioria de nós, poderemos vir a manter a paralisação em virtude da justiça da pauta e também da ausência de processo negocial interno, que entendemos estar se caracterizando nesse um mês sem reuniões. A segunda lição é que precisamos consolidar entre nós as reivindicações internas inclusive formulando como consideramos que elas devam acontecer sem esperar que a administração tome essa iniciativa, pois sabemos que se o fizer fará a partir do seu ponto de vista e não do nosso. Nesse sentido foi proposto deliberado na última assembléia o incremento das reivindicações internas dos técnicos. A primeira deliberação foi sobre as diretrizes da flexibilização da jornada de trabalho e a segunda sobre como pensamos que deva ser encaminhada a questão do RU.

### Vejam como ficou a pauta interna e a situação do item na negociação com a reitoria

Item	Situação
1. Flexibilização da Jornada de trabalho – 30h para os TAE sem redução de trabalho.	<p>A reitoria ficou de fazer uma pesquisa nos setores através das chefias, porém até agora nada foi feito. Os TAEs, a partir do estudo das experiências do IFSC e UFPB, na última assembléia, avançaram no debate e aprovaram os princípios que queremos na implementação das 30h, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Que ela seja aprovada por resolução em conselho competente;</li> <li>➤ A flexibilização da jornada é uma necessidade da Universidade, devido aos cursos noturnos e a expansão;</li> <li>➤ Os TAEs com FG e CD, não poderão cumprir jornada flexibilizada, devendo cumprir 40h semanais conforme legislação vigente;</li> <li>➤ Os TAEs com FG somente terão sua carga-horária computada para garantir o funcionamento de 12h ininterruptas do setor caso esse não tenha servidores <b>sem</b> FG suficientes para tal, porém, por determinação da legislação, devem cumprir 40h semanais e os outros 30h semanais;</li> <li>➤ A definição de usuário deve ser ampla, considerando publico interno e externo, inclusive a relação entre setores;</li> <li>➤ Se houver falta de servidores o mapa de lotação deve ser objeto de discussão entre a reitoria, a CIS e a representação indicada pela Assefei-Sindicato.</li> </ul>
2. Maior representatividade dos TAEs nos conselhos superiores;	<p>A reivindicação deve ser encaminhado aos Conselhos para discussão e deliberação. Mesmo assim o CLG vai dialogar com a reitoria para que isso seja aprovado com o apoio dessa.</p>
3. Paridade entre os 3 segmentos (TAEs, Discentes e Docentes) na consulta para Reitor.	<p>Esse tema ficou acordado que será pautado pelos técnicos nos conselhos. A reitoria não quer se posicionar por considerar que o processo eleitoral está próximo; O CLG continuará debatendo a questão e construindo a pauta entre os servidores, para que na próxima consulta seja garantida a paridade, como acontece na maioria das IFES.</p>
4. Aprovação Ad-Referendum do processo eletivo da CIS (realizado em maio/2011), garantindo a posse dos TAEs eleitos que estão em estágio probatório;	<p>Solicitou que a gestão atual da CIS (com mandato vencido) continuasse e que em meados de agosto o Consuni se reuniria e aprovaria a alteração do regimento da comissão sendo assim possível dar posse aos TAE estagiários eleitos sem necessidade de nova eleição;</p>
5. Pela implementação de restaurante universitário (bandeirão) nos campi da Unifei com preço de custo e servidores efetivos (cargos que não estiverem extintos)	<p>Desde que essa pauta foi aprovada não houve reunião com a reitoria, porém no ofício que encaminhamos a mesma, o reitor considerou, na resposta, que esse item não tem relação com a greve. O CLG considera que sim, que toda a pauta interna tem relação com a Greve e aprovou na última assembléia a seguinte proposta, que será colocada na</p>

	<p>mesa na próxima reunião: A instauração oficial de um Grupo de Trabalho, com representação de Discentes, Reitoria e Técnicos para, em prazo definido, analisar a situação do RA e propor soluções amenizadoras imediatas e também aquelas que foram necessárias à implementação do RU.</p>
<p>6. Discussão sobre a política de incentivo à capacitação e qualificação dos técnico-administrativos, inclusive em nível de mestrado e doutorado.</p>	<p>O CLG considera que esse tema deve estar incluso no Planejamento Estratégico Institucional para garantir as mudanças regimentais e normativas necessárias para a viabilização dessa reivindicação.</p>
<p>7. Reivindicação específica dos TAE de Itabira: que as FG's destinadas ao campus de Itabira e estão atribuídas à servidores de Itajubá sejam atribuídas à servidores de Itabira..</p>	<p>Desde que essa pauta foi aprovada não houve reunião com a reitoria, porém no ofício que encaminhamos a mesma, o reitor considerou, na resposta, que esse item não tem relação com a greve, mas, assim como o item do RU e da capacitação, se dispôs a conversar quando as reuniões forem retomadas.</p>

### Para pensar...

- ***Por que o RA, restaurante sem fins lucrativos, considerado laboratório da universidade, que tem clientela mínima exclusiva (bolsistas alimentação) tem preço de refeição acima de restaurantes comerciais?***
- ***A reunião regular de segunda, do Comando Local de Greve com a Reitoria não aconteceu novamente, portanto estamos completando 1 (um) mês sem reunião. A reitoria diz que marcará reunião tão logo sua agenda de trabalho assim permita.***

**“SE O PRESENTE É DE LUTA, O FUTURO NOS PERTENCE”**

**Che Guevara**